

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - PRIMEIRO SEMESTRE DE 2004**

Senhores acionistas,  
Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Mercantil do Brasil S.A., bem como as demonstrações consolidadas abrangendo as empresas do conglomerado.

**MACROECONOMIA**  
O Plano Real completou dez anos existindo como maior conquista a estabilidade das principais variáveis macroeconômicas. Os fundamentos da economia brasileira assumem hoje maior credibilidade, resultantes que são da disciplina de propósitos, do acerto no rumo e da consistência dos objetivos, fazendo com que as turbulências ocasionais sejam debeladas pelas próprias forças de mercado, que recompõem a relatividade de preços, no nível dos ativos financeiros ou dos bens de consumo.

A balança comercial vem assinalando superávits recorde, a taxa cambial apresenta-se estabilizada e a inflação encontra-se dentro do intervalo de metas. As pressões recentemente enfrentadas não denotam viés disseminado; foram decorrentes, sobretudo, de fatores específicos como a elevação da cotação do petróleo e a majoração de preços administrados. Do contrário, a perspectiva é de um crescimento sustentado da atividade, considerando-se as premissas de equilíbrio no mercado doméstico e as favorabilidades no cenário internacional, condicionantes que reduzem as incertezas e alargam os horizontes de decisão.

Associados, esses fatos projetam a geração de maior renda e consumo, atributos imprescindíveis para a potencialização de novos investimentos, criando, dessa forma, fundamentadas oportunidades de incremento dos negócios para a indústria bancária.

**EVENTOS RELEVANTES NO SEMESTRE**  
De acordo com o ranking elaborado pela "Austin Asis", o Mercantil do Brasil ocupa o 2º lugar entre os bancos com maior liquidez - capacidade para honrar compromissos de curto prazo. O indicador da Instituição foi de 124,4% - qual seja, para cada real alocado no passivo circulante o Banco dispõe de R\$ 1,24 de recursos de curto prazo de realização para sua cobertura, sendo importante informar que a média, em termos mundiais, é de 100%, fato que destaca, ainda com maior relevância, a condição de liquidez do Mercantil do Brasil.

**CARTÃO DE CRÉDITO**  
Neste primeiro semestre, o maior destaque foi a parceria firmada com jornal "Estado de Minas", o maior jornal de Minas Gerais. Desta forma, os assinantes, que já tinham uma série de vantagens, passaram a contar com uma linha de

crédito pré-aprovada para compras em milhares de estabelecimentos no País. Além de aumentar o saldo financeiro neste produto específico, essa ação objetiva elevar a base de clientes pessoa física de forma qualificada.

**PREVIDÊNCIA PRIVADA**  
A tradição de solidez do Mercantil do Brasil, devidamente associada a uma rentabilidade registrada das aplicações dos recursos captados, foram os diferenciais mais importantes para o notável crescimento do produto, tendo sido ultrapassado, no período, o marco de R\$ 100 milhões no patrimônio do Pre-Plano Mercantil do Brasil, apenas 3 anos após seu lançamento.

**DESEMPENHO OPERACIONAL**  
As expectativas de crescimento significativo na demanda por crédito, comparatilhadas, de forma geral, pelos agentes econômicos no início do ano, não foram sancionadas no decorrer deste primeiro semestre. No entanto, para o Mercantil do Brasil foi um período especial, posto que foi comprovado, através do crescimento do volume de atividades e dos resultados alcançados, o elevado grau de flexibilidade da Instituição diante de uma conjuntura econômica adversa.

Essa performance é decorrente, sobretudo, da nova cultura de gestão implementada, que é resultante de um longo e abrangente programa de transformação, que, dentre outras ações, reformulou as estratégias e os processos de negócios, modernizou ferramentas tecnológicas e qualificou, com maior intensidade, o quadro de funcionários.

Essa filosofia de atuação vem permitindo consolidar uma estrutura devidamente alinhada com os modernos preceitos de gestão, com flexibilidade para se adequar e se renovar diante das tendências, dos desafios e das oportunidades emanadas da conjuntura econômica e, especificamente, do segmento financeiro.

Sistematicamente, a política de atuação do Banco é revista e aprimorada a cada período. Neste primeiro semestre, o destaque foi a implementação do Programa de Gestão Operacional de Agências, que é um importante instrumento para refinar o nível de desempenho operacional e padronizar um modelo de eficiência em todas as dependências no que concerne, sobretudo, à qualidade do atendimento, aos riscos das operações e à consecução dos resultados.

Quanto aos números apurados, vimos informar que as operações de crédito atingiram um volume de R\$ 1,79 bilhão, revelando uma evolução de 36,10% quando comparado com o saldo apurado em idêntico período do exercício anterior.

No período foi realizado, também, o lançamento do microcrédito, destinado, exclusivamente, aos beneficiários do INSS que recebem por meio de cartão

magnético seus benefícios no Banco. A contratação do microcrédito é feita de forma totalmente automatizada, através dos equipamentos de auto-atendimento. A praticidade dessa nova opção comercial vem recebendo ótima receptividade pelo público-alvo. O êxito foi completo, tendo sido atingida a importância total de R\$ 14 milhões, com apenas três meses de lançamento do produto, contra um exigível de aproximadamente R\$ 6,8 milhões (2% dos depósitos à vista).

No âmbito das captações, os depósitos totais elevaram-se a R\$ 2,77 bilhões, experimentando uma expansão de 18,07%, cabendo salientar a performance dos depósitos a prazo que, ao alcançarem R\$ 2,12 bilhões, registraram uma elevação de 18,55% frente ao saldo apresentado em junho de 2003. O incremento nas captações em depósitos a prazo é decorrente, sobretudo, do desempenho no segmento de varejo, contribuindo, desta forma, para minorar os custos e pulverizar, ainda mais, as contratações de recursos de terceiros. O lucro líquido foi de R\$ 17,24 milhões, registrando um crescimento de 64,88% relativamente ao resultado apurado em idêntico período do exercício passado.

Neste semestre foram declarados dividendos aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 5,39 milhões, cabendo às ações preferenciais R\$ 11,55 e às ações ordinárias R\$ 10,50, ambos por lote de mil ações. O patrimônio líquido atingiu R\$ 393,14 milhões (administrado R\$ 466,59 milhões), estabelecendo um valor patrimonial de R\$ 794,22 por lote de mil ações e denotando um incremento de 6,62% ao ser confrontado com o saldo apurado em junho de 2003.

**CIRCULAR BACEN Nº 3.068**  
Com relação à Circular 3.068, que estabelece critérios para a avaliação a mercado de títulos e valores mobiliários, o Mercantil do Brasil possui capacidade técnica e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento, conforme pode ser observado com detalhes nas notas explicativas constantes das demonstrações financeiras. Os títulos federais que serão levados até o vencimento têm, por finalidade exclusiva, cumprir as exigibilidades de compulsório de depósitos a prazo, não tendo, portanto, nunca composto lastro para outras atividades.

**INSTRUÇÃO CVM Nº 381**  
Em cumprimento à instrução acima referenciada, o Mercantil do Brasil e suas empresas controladas têm informado que, no semestre findo em junho de 2004, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes prestou, exclusivamente, serviços de auditoria externa.

**RECURSOS HUMANOS**

Em conformidade com a estratégia principal do Banco no exercício - que consiste em promover o incremento significativo da carteira de crédito -, a área de recursos humanos esteve sob intensa mobilização para cumprir, na dimensão e nos prazos previstos, os eventos de treinamento programados para o período. De fato, todos os gerentes Pessoa Jurídica foram treinados em um período de sete semanas, abordando os temas de Risco de Crédito e Instrumentos Gerenciais.

Esses programas, além de contribuírem para dinamizar o fluxo das operações de crédito, primaram a qualidade do atendimento. Para o evento - Treinamento Gerencial com Foco em Gestão de Negócios, foram reunidos todos os Superintendentes, Executivos e Comerciais, para receberem o indispensável treinamento relativo às modernas ferramentas, disponibilizadas recentemente, para aperfeiçoar a gestão do desempenho comercial. Essas ações, devidamente combinadas com o desenvolvimento tecnológico, constante e progressivo, irão permitir um significativo avanço no nível de atividades sem que seja necessário expandir o quadro de funcionários, que fechou o semestre com 3.074 colaboradores.

**CONCLUSÃO**  
Ao final do semestre, eram evidentes o crescimento na produção industrial, o aumento da oferta de trabalho e o incremento significativo das transações comerciais em setores específicos.

Contudo, para se consolidar um círculo virtuoso de desenvolvimento sustentável, faz-se necessário que essa elevação nas atividades encontre plena repercussão no comércio, cujas vendas são diretamente correlacionadas com as condições de renda, disponibilidade de crédito e nível de juros.

Portanto, o desafio que ora se impõe para as autoridades econômicas é calibrar o rigor das políticas monetária e fiscal de modo que, além de preservar o equilíbrio dos principais fundamentos, venha incentivar a alocação de recursos no crescimento da economia, atendendo, então, às demandas mais emergenciais da sociedade.

O Mercantil do Brasil acredita que estarão sendo consolidadas, neste segundo semestre, as expectativas de um crescimento mais consistente da atividade econômica, criando favoráveis condições para que o Banco continue registrando uma trajetória de contínua expansão de suas atividades, com grande vigor comercial e com foco e estratégia claramente definidos.

Belô Horizonte, julho de 2004  
A ADMINISTRAÇÃO

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2004 E 2003**

	MB Múltiplo		MB Consolidado		Em R\$ mil
	2004	2003	2004	2003	
<b>A T I V O</b>					
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.170.038</b>	<b>2.999.527</b>	<b>3.542.307</b>	<b>3.367.527</b>	
DISPONIBILIDADES	25.635	27.685	26.526	29.065	
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	1.048.173	972.496	974.284	984.633	
Aplicações no Mercado Aberto	955.000	951.098	955.000	951.098	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	93.173	21.398	19.284	33.535	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	247.511	397.356	510.631	593.213	
Carteira Própria	60.811	132.365	323.932	328.222	
Instrumentos Financeiros Derivativos	11	33	11	33	
Vinculados ao Banco Central	186.389	264.739	186.388	264.739	
Vinculados à Prestação de Garantias	300	219	300	219	
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	344.100	397.905	344.100	397.905	
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	75.058	120.933	75.058	120.933	
Créditos Vinculados:					
Depósitos no Banco Central	267.818	276.097	267.818	276.097	
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	255	217	255	217	
Correspondentes	969	658	969	658	
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	7.985	5.773	7.985	5.773	
Transferências Internas de Recursos	7.985	5.773	7.985	5.773	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.387.472	1.103.913	1.468.822	1.163.028	
Operações de Crédito:					
Setor Público	26.444	4.139	26.444	4.139	
Setor Privado	1.443.108	1.181.431	1.526.299	1.241.928	
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(82.080)	(81.657)	(83.921)	(83.039)	
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	-	-	(40)	(363)	
Arrendamentos a Receber - Setor Privado	-	-	11.132	16.568	
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	-	-	(11.073)	(16.276)	
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	-	-	(99)	(655)	
OUTROS CRÉDITOS	100.805	85.731	173.738	161.733	
Créditos por Avais e Fianças Honoradas	-	182	-	182	
Carteira de Câmbio:					
Câmbio Comprado a Liquidar	151	431	151	431	
Direitos sobre Vendas de Câmbio	248	517	248	517	
(Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos)	(248)	(517)	(248)	(517)	
Rendas a Receber	23.664	10.250	20.363	10.304	
Diversos:					
Créditos Tributários	39.466	33.880	42.322	36.822	
Créditos de Operações com Seguros	-	-	70.808	66.838	
Devedores por Compra de Valores e Bens	10.277	12.944	10.277	13.918	
Impostos a Compensar	5.074	14.668	8.593	20.042	
Pagamentos a Ressarcir	1.198	872	1.198	872	
Títulos e Créditos a Receber	463	557	3.524	3.934	
Devedores Diversos	16.091	7.850	16.091	7.850	
Outros	4.651	4.420	4.190	4.408	
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(230)	(323)	(3.779)	(3.868)	
OUTROS VALORES E BENS	8.357	8.668	36.261	32.540	
Outros Valores e Bens	11.035	11.136	19.379	17.632	
(Provisões para Desvalorizações)	(3.058)	(3.077)	(3.697)	(3.732)	
Despesas Antecipadas	985	1.209	20.579	18.630	
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>785.037</b>	<b>441.666</b>	<b>932.257</b>	<b>529.909</b>	
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	-	19.399	-	-	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	19.399	-	-	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	153.210	5.454	153.210	5.454	
Carteira Própria	27.433	177	27.433	177	
Vinculados ao Banco Central	122.783	2.803	122.783	2.803	
Vinculados à Prestação de Garantias	2.994	2.994	2.994	2.474	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	406.794	214.430	465.722	244.987	
Operações de Crédito:					
Setor Público	22.186	-	22.186	-	
Setor Privado	410.499	333.833	470.760	365.209	
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(25.891)	(119.403)	(27.224)	(120.222)	
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	-	-	(15)	(19)	
Arrendamentos a Receber - Setor Privado	-	-	5.961	5.129	
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	-	-	(5.961)	(5.129)	
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	-	-	(15)	(19)	
OUTROS CRÉDITOS	225.023	202.361	313.330	279.465	
Rendas a Receber	-	1.466	-	1.466	
Diversos:					
Créditos Tributários	82.120	100.621	103.861	122.076	
Devedores por Depósitos em Garantia	95.491	66.966	138.464	96.257	
Devedores por Compra de Valores e Bens	9.207	9.252	9.207	9.266	
Impostos a Compensar	-	-	233	5.425	
Pagamentos a Ressarcir	36.098	21.862	54.900	37.682	
Títulos e Créditos a Receber	2.355	2.474	6.512	7.233	
Outros	(248)	(280)	491	349	
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	10	22	10	22	
OUTROS VALORES E BENS	10	22	10	22	
Despesas Antecipadas	10	22	10	22	
<b>PERMANENTE</b>	<b>290.469</b>	<b>292.746</b>	<b>151.357</b>	<b>178.670</b>	
INVESTIMENTOS	232.537	233.995	10.659	9.303	
Participações em Coligadas e Controladas:					
No País:					
Controladas	229.255	231.052	-	-	
Outros Investimentos	7.022	6.914	16.613	15.442	
(Provisões para Perdas)	(3.740)	(3.971)	(5.954)	(6.139)	
IMOBILIZADO DE USO	18.058	23.614	75.267	98.560	
Imóveis de Uso	-	-	59.109	75.541	
Outras Imobilizações de Uso	54.883	55.904	70.173	70.283	
(Depreciações Acumuladas)	(36.825)	(32.290)	(54.015)	(47.264)	
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	-	-	20.309	20.808	
Bens Arrendados	-	-	32.560	52.917	
Superficiência / Insuficiência de Depreciação	-	-	(924)	2.046	
(Depreciações Acumuladas)	-	-	(11.327)	(25.155)	
DIFERIDO	39.874	35.137	45.122	40.999	
Gastos de Organização e Expansão	63.192	57.691	66.219	60.859	
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	(23.318)	(22.554)	(6.533)	6.562	
(Amortização Acumulada)	(23.318)	(22.554)	(27.630)	(26.422)	
<b>T O T A L</b>	<b>4.245.544</b>	<b>3.733.939</b>	<b>4.625.921</b>	<b>4.076.106</b>	

	MB Múltiplo		MB Consolidado		Em R\$ mil
	2004	2003	2004	2003	
<b>P A S S I V O</b>					
<b>CIRCULANTE</b>	<b>2.848.971</b>	<b>2.390.358</b>	<b>3.114.093</b>	<b>2.621.960</b>	
DEPÓSITOS	1.896.830	1.479.747	1.830.863	1.429.497	
Depósitos à Vista	376.488	282.093	372.173	279.256	
Depósitos de Poupança	215.968	230.808	215.968	230.808	
Depósitos Interfinanceiros	56.173	43.730	56.173	43.730	
Depósitos a Prazo	1.248.201	923.116	1.242.002	918.168	
CAPTACÕES NO MERCADO ABERTO	740.405	644.406	733.914	636.304	
Carteira de Terceiros	740.405	644.406	733.914	636.304	
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	-	2.281	-	2.281	
Recursos de Debêntures	-	2.281	-	2.281	
Recursos de Letras Hipotecárias	66.828	111.959	66.828	111.959	
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	66.828	111.959	66.828	111.959	
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1.829	3.665	1.829	3.665	
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.829	3.665	1.829	3.665	
Recursos em Trânsito de Terceiros	-	-	-	-	
Transferências Internas de Recursos	-	-	-	-	
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	1.562	787	1.562	787	
Empréstimos no Exterior	1.562	787	1.562	787	
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	48.701	54.657	48.701	54.657	
BNDES	1.089	1.542	1.089	1.542	
FINAME	47.451	52.934	47.451	52.934	
Tesouro Nacional	161	181	161	181	
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	13	87	13	87	
Instrumentos Financeiros Derivativos	13	87	13	87	
OUTRAS OBRIGAÇÕES	92.803	92.769	430.057	358.723	
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	22.546	21.672	22.468	21.701	
Carteira de Câmbio:					
Câmbio Vendido a Liquidar	247	517	247	517	
Obrigações por Compras de Câmbio	152	430	152	4	

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Nos semestres findos em 30 de junho de 2004 e 2003

Em R\$ mil

EVENTOS	RESERVAS DE						AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVM E DERIVATIVOS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAIS
	CAPITAL	REVALIAÇÃO Controladas	RESERVAS DE LUCROS Legal	Estatutárias	Especial				
<b>SALDOS EM 01/01/2004</b>	<b>173.250</b>	<b>42.354</b>	<b>20.474</b>	<b>114.856</b>	<b>2.750</b>	<b>19</b>	-	<b>388.353</b>	
REALIZAÇÃO DE RESERVA	-	-	(305)	(383)	-	-	-	-	
AJUSTE AO VALOR DE MERCADO	-	-	-	-	-	(79)	-	(79)	
ATUALIZAÇÃO DE TÍTULOS PATRIMONIAIS	-	23	-	-	-	-	-	23	
BAIXA DE REVALIAÇÃO DE BENS EM CONTROLADA	-	-	(5.674)	-	-	-	-	(5.674)	
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	17.238	17.238	
DIVIDENDOS COMPLEMENTARES DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-	-	-	-	(383)	(383)	
DESTINAÇÕES:									
Reservas	-	-	-	11.203	-	-	(11.203)	-	
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(6.340)	(6.340)	
<b>SALDOS EM 30/06/2004</b>	<b>173.250</b>	<b>42.377</b>	<b>14.495</b>	<b>125.676</b>	<b>2.750</b>	<b>(60)</b>	-	<b>393.138</b>	
<b>MUTAÇÕES DO SEMESTRE</b>	<b>-</b>	<b>23</b>	<b>(5.979)</b>	<b>10.820</b>	<b>(79)</b>	<b>-</b>	-	<b>4.785</b>	
<b>SALDOS EM 01/01/2003</b>	<b>173.250</b>	<b>42.344</b>	<b>27.114</b>	<b>85.941</b>	<b>2.750</b>	<b>(809)</b>	-	<b>365.240</b>	
REALIZAÇÃO DE RESERVA	-	-	(410)	-	-	-	410	-	
AJUSTE AO VALOR DE MERCADO	-	-	-	-	-	758	-	758	
BAIXA DE REVALIAÇÃO DE BENS EM CONTROLADA	-	-	(1.423)	-	-	-	(179)	(1.602)	
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	10.455	10.455	
DESTINAÇÕES:									
Reservas	-	-	-	4.571	-	-	(4.571)	-	
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(6.115)	(6.115)	
<b>SALDOS EM 30/06/2003</b>	<b>173.250</b>	<b>42.344</b>	<b>25.281</b>	<b>90.512</b>	<b>2.750</b>	<b>(51)</b>	-	<b>368.736</b>	
<b>MUTAÇÕES DO SEMESTRE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.833)</b>	<b>4.571</b>	<b>-</b>	<b>758</b>	-	<b>3.496</b>	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2004 E 2003**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Mercantil do Brasil S.A. realiza as suas atividades operacionais por intermédio das carteiras comercial, de crédito imobiliário e câmbio, através de sua rede de 200 agências, 29 postos bancários e um quadro de 3.074 funcionários. Atua nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, crédito ao consumidor, arrendamento mercantil, distribuição de valores, intermediação de títulos e valores mobiliários e ainda em seguros, através de suas controladas. O Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. - Títulos e Valores Mobiliários e Banco Mercantil de Investimentos S.A. atuam, também, na administração de fundos de investimentos.

**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1. Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão apresentadas em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, normas, instruções e procedimentos determinados pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**2.2. Demonstrações consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam o Banco Mercantil do Brasil S.A. e empresas controladas, direta e indiretamente, a seguir relacionadas, e seguem os princípios da consolidação integral previstos na Instrução CVM nº 247/1996:

Empresa	Atividade	Participação (%)	
		Junho/2004	Junho/2003
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	Banco de investimento	78,15	77,73
Companhia de Seguros Minas Brasil	Seguradora	44,52	44,52
Eletrodados Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A.	Administração, corretagem de seguros e previdência privada	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Corretora S.A. - Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	Corretora de câmbio, títulos e valores mobiliários	99,97	99,97
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. - Títulos e Valores Mobiliários	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos	Financeira	75,91	75,72
Mercantil do Brasil Imobiliária S.A.	Imobiliária	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Arrendamento mercantil	100,00	100,00

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os saldos de quaisquer ativos e passivos entre as sociedades, as receitas e despesas, bem como os lucros ou prejuízos não realizados.

**2.3. Principais práticas contábeis**

O resultado é apurado pelo regime de competência.

O ativo e o passivo, circulante e a longo prazo, são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, respectivamente, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até as datas dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos prefixados, as parcelas a auferir ou incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas no custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, dividindo-se em três categorias, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/2001 e regulamentação complementar:

- a) Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e freqüentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre.
- b) Títulos mantidos até o vencimento - são os títulos, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção, ou obrigatoriedade, e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos, em contrapartida do resultado do semestre.
- c) Títulos disponíveis para venda - são aqueles não enquadráveis nas categorias anteriores, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada, líquidos dos efeitos tributários, no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos, na data da negociação, no resultado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

De acordo com a Circular Bacen nº 3.082/2002, os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em conformidade com as Resoluções CMN nºs 2.682/1999 e 2.697/2000 e Circular nº 2.974/2000 do Banco Central do Brasil, e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes, na análise das operações e constituída em montante considerado suficiente, pela Administração, para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes.

As operações de crédito rural securitizadas, especificamente quanto ao critério de avaliação do risco sobre o valor do principal atualizado da dívida, conforme orientação do Banco Central do Brasil, têm a sua classificação correspondente a dos juros respectivos, estando a provisão limitada ao valor de face do principal deduzido do valor presente do título do tesouro nacional garantidor da dívida, calculado à taxa de desconto de 12% ao ano. O critério de avaliação do risco de crédito dos juros das operações de crédito rural securitizadas está em consonância com as regras da Resolução CMN nº 2.682/1999.

As operações de arrendamento mercantil consolidadas estão demonstradas ao seu valor presente, calculado com base nas respectivas taxas internas de retorno. As rendas dessas operações são apropriadas mensalmente em decorrência da fluência de seus prazos, mediante a utilização do método exponencial.

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

O imobilizado de uso, exceto imóveis que estão reavaliados, está apresentado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: móveis e utensílios, equipamentos - 10%; sistema de comunicação, de processamento de dados, de segurança e veículos - 20%.

O imobilizado de arrendamento é depreciado pelo método linear à taxa acelerada, de acordo com as disposições das portarias MF nºs 140/1984 e 113/1988.

O ativo diferido é representado e amortizado como segue: (a) gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros pelo método linear, de acordo com o prazo estabelecido nos contratos de locação; (b) gastos com aquisição e desenvolvimento de "softwares" pelo método linear, em 5 anos, e (c) gastos com instalação e adaptação de dependências - pelo método linear e por tempo não superior a 10 anos.

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída à alíquota de 9%. Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos, com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, Resolução CMN nº 3.059/2002 e regulamentação complementar.

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber das controladas, estão calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/1995 e foram registrados no resultado, nas rubricas de despesas e de receitas financeiras, respectivamente, conforme determina a legislação fiscal. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, procedeu-se da seguinte forma: (a) os juros sobre o capital próprio pagos e a pagar foram eliminados das despesas financeiras e estão apresentados a débito de lucros acumulados; e (b) os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das controladas foram reclassificados para a rubrica de resultado de equivalência patrimonial. O saldo dos juros sobre o capital próprio a receber está registrado na rubrica de "Rendas a Receber".

**3. APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO**

Descrição	MB Múltiplo			MB Consolidado		
	Junho/2004	Junho/2003	Total	Junho/2004	Junho/2003	Total
<b>Posição Bancada</b>	<b>214.594</b>	<b>306.692</b>	<b>214.594</b>	<b>214.594</b>	<b>306.692</b>	<b>214.594</b>
Letras Financeiras do Tesouro	127.088	196.872	127.088	127.088	196.872	127.088
Letras do Tesouro Nacional	57.465	10.168	57.465	57.465	10.168	57.465
Notas do Banco Central	-	99.652	-	-	99.652	-
Notas do Tesouro Nacional	30.041	-	30.041	30.041	-	30.041
<b>Posição Financiada</b>	<b>740.406</b>	<b>644.406</b>	<b>740.406</b>	<b>740.406</b>	<b>644.406</b>	<b>740.406</b>
Letras Financeiras do Tesouro	412.871	544.586	412.871	412.871	544.586	412.871
Letras do Tesouro Nacional	327.535	46.108	327.535	327.535	46.108	327.535
Notas do Banco Central	-	53.712	-	-	53.712	-
<b>Total</b>	<b>955.000</b>	<b>951.098</b>	<b>955.000</b>	<b>955.000</b>	<b>951.098</b>	<b>955.000</b>

**4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

a) Títulos e valores mobiliários

Vencimentos	LFT	CDB	Outros	TOTAL			
				Junho/2004	Junho/2003	Total	%
<b>1. Títulos Disponíveis para Negociação</b>							
	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo
2º Sem. 2003	-	-	-	-	-	-	84.080
1º Sem. 2004	-	-	-	-	-	-	49.986
2º Sem. 2004	-	47.373	47.373	-	47.373	47.373	33.362
1º Sem. 2005	-	-	-	-	-	-	49.893
2º Sem. 2005	-	-	-	-	-	-	33.230
2º Sem. 2006	-	-	-	-	-	-	25
<b>Total</b>	-	<b>47.373</b>	<b>47.373</b>	-	<b>47.373</b>	<b>47.373</b>	<b>250.576</b>
<b>2. Títulos Disponíveis para Venda</b>							
2º Sem. 2006	-	-	-	-	-	-	5.354
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-	<b>5.354</b>
<b>3. Títulos Mantidos até o Vencimento</b>							
	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado
2º Sem. 2003	-	-	-	-	-	-	146.080
2º Sem. 2004	-	-	-	-	-	-	87
1º Sem. 2005	200.032	200.032	-	-	200.032	200.032	87
2º Sem. 2005	79.889	79.889	-	-	96	96	90
1º Sem. 2006	27.049	27.067	-	-	27.049	27.067	90
2º Sem. 2006	46.158	46.158	-	-	46.158	46.158	90
<b>Total</b>	<b>353.128</b>	<b>353.146</b>	-	-	<b>191</b>	<b>191</b>	<b>353.337</b>
<b>4. Diferencial de swap a receber</b>							
<b>Total Geral</b>							<b>11</b>
Circulante							<b>33</b>
Realizável a Longo Prazo							<b>402.810</b>

Vencimentos	LFT	Fundo Investimento	CDB	Outros	TOTAL			
					Junho/2004	Junho/2003	Total	%
<b>1. Títulos Disponíveis para Negociação</b>								
	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado
2º Sem. 2003	-	-	-	-	-	-	-	92.069
1º Sem. 2004	-	-	-	-	-	-	-	50.244
2º Sem. 2004	-	1.035	1.035	47.990	47.990	1.403	1.278	33.553
1º Sem. 2005	955	956	-	-	-	-	955	50.192
2º Sem. 2005	-	-	-	-	-	-	-	33.361
1º Sem. 2006	505	509	-	-	-	-	505	407
2º Sem. 2006	3.715	3.725	-	-	-	-	3.715	3.053
<b>Total</b>	<b>5.175</b>	<b>5.190</b>	<b>1.035</b>	<b>1.035</b>	<b>47.990</b>	<b>47.990</b>	<b>1.403</b>	<b>262.890</b>
<b>2. Títulos Disponíveis para Venda</b>								
2º Sem. 2003	-	-	-	-	-	-	-	69.874
2º Sem. 2004	-	171.251	171.251	4.101	4.101	-	175.352	3.152
2º Sem. 2006	-	-	-	-	-	-	-	5.354
1º Sem. 2007	-	-	6.934	6.934	-	-	6.934	5.276
<b>Total</b>	-	<b>171.251</b>	<b>171.251</b>	<b>11.035</b>	<b>11.035</b>	-	<b>182.286</b>	<b>78.380</b>
<b>3. Títulos Mantidos até o Vencimento</b>								
	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo
2º Sem. 2003	-	-	-	-	-	-	-	157.055
1º Sem. 2004	-	-	-	-	-	-	-	2.155
2º Sem. 2004	3.234	3.234	3	3	95	95	3.332	2.786
1º Sem. 2005	218.845	218.825	-	-	-	-	218.845	-
2º Sem. 2005	83.562	83.562	-	-	-	-	83.658	90
1º Sem. 2006	51.075	50.927	-	-	-	-	51.075	17.174
2º Sem. 2006	69.355	69.309	-	-	-	-	69.355	16.632
Após 2006	-	-	-	-	-	-	-	61.302
<b>Total</b>	<b>426.071</b>	<b>425.857</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>191</b>	<b>191</b>	<b>426.265</b>	<b>257.442</b>
<b>4. Diferencial de swap a receber</b>								
<b>Total Geral</b>							<b>11</b>	
Circulante							<b>663.841</b>	
Realizável a Longo Prazo							<b>510.631</b>	
							<b>153.210</b>	

Para o ajuste desses títulos a valor de mercado utilizaram-se os parâmetros divulgados pela ANDIMA e bolsas de valores, conforme o caso. Os CDBs registrados nos balanços individual e consolidado referem-se a títulos pós-fixados, cujo valor de mercado é igual ao custo.

Nos "Títulos Mantidos até o Vencimento", na coluna "Outros", estão registrados basicamente os Ativos da Secretaria do Tesouro Nacional - ASTN, para os quais não existe mercado secundário para valorização a mercado, motivo pelo qual os valores de custo e mercado são iguais. Os ganhos não realizados no período, decorrentes da diferença entre o valor de custo corrigido e o valor de mercado dos títulos disponíveis para venda, montam em R\$ 60 (MB Consolidado R\$ 60), líquidos dos efeitos tributários.

Em 30 de junho de 2004, houve a reclassificação de títulos para a categoria de "Títulos Mantidos até o Vencimento" com valor contábil de R\$ 346.032, sendo R\$ 319.750 de títulos para negociação e R\$ 26.282 de títulos disponíveis para venda, sem impacto no resultado do período. As perdas não realizadas no montante de R\$ 91, referentes aos títulos disponíveis para venda reclassificados, serão alocadas ao resultado em cada período, em função do prazo remanescente, até o 2º semestre de 2006. Trata-se de títulos federais (LFTs) que sempre foram utilizados exclusivamente para cumprir as exigibilidades de compulsório de depósitos a prazo.

b) Instrumentos financeiros derivativos

Nas datas dos balanços, não há instrumentos financeiros, cujos saldos contábeis sejam diferentes dos valores de mercado de forma relevante. O Banco e suas controladas não possuem operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos nos mercados a termo, futuro e de opções. Possuem operações de "swap" destinadas a atender solicitações de clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de moeda e taxas de juros. O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição diárias baseiam-se em instrumentos estatísticos, tais como "VaR" não paramétrico, análise de sensibilidade e de "stress". Os contratos de "swap" proporcionam o risco de crédito, que é a exposição a perdas decorrentes de inadimplência da contraparte no cumprimento do saldo a pagar, quando for o caso (conhecido como RCDI). Essas operações foram realizadas em "balcão" e custodiadas na CETIP. Para o ajuste a valor de mercado utilizam-se as taxas praticadas para operações com prazo e indexadores similares, da BM&F, mais próximas da data do vencimento. O resultado desses ajustes gerou um ganho de R\$ 82 e uma perda de R\$ 15 em 2003, sendo o diferencial a receber no montante R\$ 11, R\$ 33 em junho de 2003 e o

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2004 E 2003**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

encerrados até 31 de dezembro de 1998. O quadro abaixo demonstra, para os créditos tributários ativos, os valores previstos de realização comparativamente com o valor presente dos créditos, calculados com base nas taxas de captação para os períodos correspondentes:

**MB Múltiplo**

Exercícios	Realização do Crédito Tributário				
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Total
	Crédito	Crédito	MP nº 2.158-35	Total	
2004	28.398	10.182	886	11.068	39.466
2005	7.205	1.940	551	2.491	9.696
2006	2.837	769	253	1.022	3.859
2007	8.539	128	3.790	3.918	12.457
2008	590	212	5.595	5.807	6.397
2009	23.019	4.166	7.830	11.996	35.015
2010 a 2012	777	37	9.214	9.251	10.028
2013 a 2019	-	-	-	-	-
2020 a 2023	3.432	1.236	-	1.236	4.668
<b>Total</b>	<b>74.797</b>	<b>18.670</b>	<b>28.119</b>	<b>46.789</b>	<b>121.586</b>
<b>Valor Presente</b>	<b>50.258</b>		<b>26.007</b>		<b>76.265</b>

**MB Consolidado**

Exercícios	Realização do Crédito Tributário				
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Total
	Crédito	Crédito	MP nº 2.158-35	Total	
2004	30.369	10.407	1.546	11.953	42.322
2005	11.109	2.043	937	2.980	14.089
2006	5.774	974	1.160	2.134	7.908
2007	11.594	128	4.117	4.245	15.839
2008	3.187	212	5.715	5.927	9.114
2009 a 2011	26.500	4.757	7.957	12.714	39.214
2012 a 2019	777	37	9.468	9.505	10.282
2020 a 2023	3.432	1.236	2.747	3.983	7.415
<b>Total</b>	<b>92.742</b>	<b>19.794</b>	<b>33.647</b>	<b>53.441</b>	<b>146.183</b>
<b>Valor Presente</b>	<b>62.124</b>		<b>28.763</b>		<b>90.887</b>

Como citado anteriormente, o Banco e suas controladas registram créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias, de acordo com os requisitos previstos na Instrução CVM nº 371/2002, Resolução CMN nº 3.059/2002 e regulamentações complementares. A realização destes créditos tributários dependerá da efetiva materialização das projeções de lucros futuros previstos nos estudos técnicos elaborados pela Administração em junho de 2004 e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal. Assim, essas projeções de realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a expectativa de lucros contábeis.

Os créditos tributários de adições temporárias decorrentes de valores sob decisões judiciais montam em R\$ 21.704, R\$ 12.908 em junho de 2003 (MB Consolidado R\$ 27.581, R\$ 15.895 em junho de 2003) e estão ativados com realização prevista para 2009.

b) Efeito do Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado dos períodos é como segue:

Imposto de renda e contribuição social calculados sobre:	MB Múltiplo				MB Consolidado			
	Junho/2004		Junho/2003		Junho/2004		Junho/2003	
	IR 25%	CSL 9%	IR 25%	CSL 9%	IR 25%	CSL 9%	IR 25%	CSL 9%
Resultado antes dos juros sobre o capital próprio	4.846	1.745	2.391	861	6.387	2.299	4.092	1.473
(-) Juros sobre o capital próprio	(1.585)	(571)	(1.529)	(550)	(2.551)	(918)	(2.693)	(969)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	3.261	1.174	862	311	3.836	1.381	1.399	504
Adições e exclusões	(3.236)	(1.174)	164	(92)	1.000	(102)	2.997	1.103
Provisão para passivos contingentes	(473)	(170)	962	346	(553)	(199)	1.041	375
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	(1.176)	(424)	1.122	404	(1.139)	(410)	1.196	431
Provisão para desvalorização	(8)	8	(59)	(21)	50	29	(353)	(127)
Provisão para riscos fiscais	1.366	-	824	-	1.768	-	271	-
Equivalência patrimonial	(2.008)	(723)	(2.040)	(734)	-	-	-	-
Outras	(920)	135	(177)	(87)	1.111	324	1.146	437
Outras - superveniência de depreciação	-	-	-	-	456	164	591	213
Prejuízo fiscal / base negativa	(17)	-	(468)	-	(693)	(10)	(895)	(226)
<b>Subtotal dos encargos do IR e CSL</b>	<b>25</b>	<b>-</b>	<b>1.026</b>	<b>219</b>	<b>4.836</b>	<b>1.279</b>	<b>4.396</b>	<b>1.607</b>
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	449	7	26	8	449	7
Adesão à anistia - CSMB	-	-	-	-	-	-	9.970	-
IR e CSL diferidos	(587)	(221)	178	56	(737)	(302)	(320)	(58)
Reserva de reavaliação - realização	-	-	-	-	(73)	-	(90)	-
Crédito tributário (constituído) / revertido nos semestres	2.197	732	(2.169)	(657)	526	677	(10.256)	(671)
<b>Total dos encargos de IR e CSL</b>	<b>1.635</b>	<b>511</b>	<b>(516)</b>	<b>(375)</b>	<b>4.578</b>	<b>1.662</b>	<b>4.149</b>	<b>885</b>
<b>Despesas dos semestres</b>	<b>2.146</b>		<b>(891)</b>		<b>6.240</b>		<b>5.034</b>	

A controlada, Companhia de Seguros Minas Brasil, possuía ação judicial em curso, visando assegurar o direito de compensação de 100% do prejuízo fiscal acumulado até 1994. Em 31 de janeiro de 2003, esta controlada resolveu aderir à anistia fiscal, promulgada pelo governo federal em 2002, desistindo daquela ação, mediante a liquidação daquele tributo devido, com perdão de multa e juros. Como consequência, esta controlada registrou, no resultado de 2003, o montante de R\$ 9.970, referente ao pagamento do tributo devido e, ato contínuo, registrou crédito tributário referente ao direito de utilizar os prejuízos fiscais na compensação de impostos futuros.

**6.2. Devedores por depósitos em garantia**

Refere-se a questionamentos judiciais de ordem tributária e trabalhista "sub judice". Os eventuais passivos contingentes correspondentes a estas causas estão provisionados e classificados nas rubricas "Outras Obrigações Fiscais e Previdenciárias" e "Outras Obrigações Diversas - Provisão para Passivos Contingentes".

**6.3. Impostos a compensar**

Compreende, principalmente, antecipações de imposto de renda e contribuição social, efetuadas de acordo com a legislação vigente.

**6.4. Créditos de operações com seguros**

Refere-se a prêmio de seguros a receber, das operações consolidadas da controlada Companhia de Seguros Minas Brasil, assim distribuídos: (a) de seguros R\$ 62.865, R\$ 55.983 em junho de 2003; (b) de resseguros do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB - R\$ 4, R\$ 4 em junho de 2003; (c) de segurados no país R\$ 1.805, R\$ 4.325 em junho de 2003; (d) de seguradoras no país R\$ 714, R\$ 2.384 em junho de 2003; (e) de resseguradoras R\$ 2.551, R\$ 1.964 em junho de 2003 e (f) outros créditos operacionais R\$ 2.869, R\$ 2.178 em junho de 2003.

**6.5. Pagamentos a ressarcir**

Refere-se, basicamente, a precatórios a receber do Governo do Estado de Minas Gerais, decorrentes de ação judicial transitada em julgado, relativa ao Adicional de Imposto de Renda Estadual, no montante R\$ 37.296, R\$ 20.992 em junho de 2003 (MB Consolidado R\$ 42.863, R\$ 24.276 em junho de 2003). Embora tais ativos sejam legítimos e realizáveis, o prazo de recebimento e sua liquidação dependem de previsão orçamentária específica e de disponibilidade financeira por parte do Estado de Minas Gerais, tendo sido efetuada provisão na conta "Provisão para Passivos Contingentes", no montante de R\$ 7.219, R\$ 848 em junho de 2003 (MB Consolidado R\$ 8.397, R\$ 979 em junho de 2003), por orientação do Banco Central do Brasil. Adicionalmente, já está em curso a implementação pela Administração de outra alternativa para realização desses ativos.

**7. INVESTIMENTOS**

Participações em sociedades controladas

Os investimentos em sociedades controladas estão representados como segue:

Descrição	EMPRESAS									
	MBI (1)	CSMB (2)	MBF (3)	MBL (4)	BMI (5)	MBC (6)	MBD (7)	ELET (8)	TOTAL	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Capital social	20.376	50.000	38.808	20.738	18.252	15.289	3.300	8.862	175.625	171.594
Patrimônio líquido ajustado	32.624	79.540	81.120	31.214	34.296	21.986	6.576	12.909	300.265	303.411
Luero / (prejuízo) líquido do período	923	(426)	6.770	1.649	2.096	586	555	275	12.428	12.467
Quantidade de ações	64.000	100	117.600	321.172	182.520	49.558	25	7.034	-	-
Participação %	100,00	44,52	75,91	100,00	78,15	99,97	100,00	100,00	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	923	(190)	5.186	1.649	1.681	1.167	579	261	11.256	11.954
Equivalência patrimonial	923	(190)	3.534	1.135	1.108	243	380	275	7.408	7.885
Atualização sobre títulos patrimoniais	-	-	-	-	19	581	24	-	624	276
Amortização de ágio / (deságio)	-	-	67	-	39	-	-	(14)	92	78
Remuneração sobre o capital próprio a pagar ao Banco	-	-	1.585	514	515	343	175	-	3.132	3.717
Dividendos a pagar ao Banco	1.100	-	-	-	-	-	-	-	1.100	-
Ágio / (deságio) a amortizar	-	-	(6)	-	-	-	-	167	161	148
Valor dos investimentos	32.624	35.411	61.573	31.214	26.802	21.979	6.576	13.076	229.255	231.052
(1) Mercantil do Brasil Imobiliária S.A.				(5) Banco Mercantil de Investimentos S.A.						
(2) Companhia de Seguros Minas Brasil				(6) Mercantil do Brasil Corretora S.A.						
(3) Mercantil do Brasil Financeira S.A.				(7) Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.						
(4) Mercantil do Brasil Leasing S.A.				(8) Eletrodados Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A.						

A controlada, Companhia de Seguros Minas Brasil, possui ação judicial com decisão favorável transitada em julgado e recurso em andamento junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, que tratam da inexigibilidade da Contribuição Social sobre o Lucro nos termos das Leis nºs 7.689/1988 e 8.212/1991. Com base em parecer de seus consultores jurídicos, a Administração espera um desfecho favorável para esta ação judicial. Os deságios na aquisição de investimento com fundamento em perspectiva de rentabilidade futura estão reclassificados nas demonstrações consolidadas para a rubrica "Resultados de Exercícios Futuros" e suas amortizações se encerraram em junho de 2004.

**8. IMOBILIZADO**

O imobilizado abrange os seguintes bens:

a) Imobilizado de uso:

Descrição	MB Múltiplo		MB Consolidado	
	Junho/2004	Junho/2003	Junho/2004	Junho/2003
Imobilizado de uso	18.058	23.614	75.267	98.560
Imóveis de uso	-	-	59.109	75.541
Outras imobilizações de uso	54.883	55.904	70.173	70.283
Sistema de processamento de dados	35.837	36.154	46.316	46.001
Móveis e equipamentos	14.915	15.247	18.895	18.968
Sistemas de comunicações	2.371	2.391	2.413	2.433
Sistema de transporte	725	964	1.003	1.226
Outros	1.035	1.148	1.546	1.655
Depreciação acumulada	(36.825)	(32.290)	(54.015)	(47.264)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Milton de Araújo - Presidente
Maurício de Faria Araújo - Vice-Presidente
Daniela de Araújo Coelho
Flávio Batista de Noronha Guarani
José Carneiro de Araújo
José Longo
José Ribeiro Vianna Neto
Marco Antônio Marques Cardoso
Maria Dulce de Araújo Barreira

DIRETORIA
PRESIDENTE Milton de Araújo
VICE-PRESIDENTES Flávio Batista de Noronha Guarani
Maurício de Faria Araújo
Milton Loureiro
Renato Augusto de Araújo
Virgílio Horácio de Paiva Abreu
VICE PRESIDENTE EXECUTIVO Marco Antônio Andrade de Araújo
DIRETORES EXECUTIVOS André Luiz Figueiredo Brasil
Athaide Vieira dos Santos
Luiz Henrique Andrade de Araújo
Márcio Lopes Costa
Marco Aurélio de Vasconcelos Cançado
Milton Loureiro Júnior

CONSELHO FISCAL
Francisco Muller Bastos
Jader Silva Benedito
Jorge Ferreira Cunha
Maria Elmira Caixeta Vilela
Roberto de Oliveira Lima

CONTROLADORIA
Luiz Carlos de Araújo
Contador - CRC - MG 036360/O-4

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Mercantil do Brasil S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, as demonstrações financeiras relativas ao primeiro semestre de 2004 e o Estudo Técnico de Expectativa de Geração de Lucros Tributáveis Futuros, que tem como objetivo a realização dos Créditos Tributários, trazidos a valor presente, de acordo com a Instrução CVM nº 371 de 27/06/2002, Resolução nº 3.059 do Conselho Monetário Nacional e Circular nº 3.171 do Banco Central do Brasil, e à vista do parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação pela Assembléia Geral.

Belô Horizonte, 10 de agosto de 2004

Jorge Ferreira Cunha  
Jader Silva Benedito  
Francisco Muller Bastos  
Roberto de Oliveira Lima  
Maria Elmira Caixeta Vilela

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Acionistas do Banco Mercantil do Brasil S.A.  
Belô Horizonte - MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individuais (MB Múltiplo) e consolidados (MB Consolidado), do Banco Mercantil do Brasil S.A., e controladas, levantados em 30 de junho de 2004 e de 2003 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido (controlador) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos semestres findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendemos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do Banco e das controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco e das controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira (individual e consolidada) do Banco Mercantil do Brasil S.A. e controladas em 30 de junho de 2004 e de 2003, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido (controlador) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belô Horizonte, 4 de agosto de 2004

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011.609/O-8 S-MG

Walmir Bolgheroni  
Contador  
CRC nº 1 SP 139.601/O-9 S-MG

Os imóveis de uso do Banco Mercantil do Brasil S.A. foram transferidos para a sua subsidiária integral, Mercantil do Brasil Imobiliária S.A., constituída em 29 de maio de 2002. Em 14 de junho de 2002, foi deliberada, em Assembléia Geral Extraordinária dessa empresa, a avaliação a preços de mercado destes imóveis, com data-base em 31 de maio de 2002. O saldo destes imóveis, classificado no consolidado como Ativo Imobilizado, passou de R\$ 59.710 para R\$ 129.273, tendo sido a reavaliação de R\$ 69.563 registrada no patrimônio líquido como Reserva de Reavaliação - Controladas. Posteriormente foram realizadas reduções do capital social dessa Companhia, sendo: R\$ 463, R\$ 4.300 em junho de 2003, em imóveis e espécie, respectivamente, as quais resultaram em baixas na reserva de reavaliação de R\$ 5.674, R\$ 611 em junho de 2003.

Os imóveis objetos das referidas reduções de capital foram vendidos, com simultânea locação pelo prazo de dez anos, renováveis por igual período, com garantia de locação pelos próximos cinco anos, atendendo, assim, as exigências da Resolução do CMN nº 2.669, de 25 de novembro de 1999. Nessas operações, o resultado não operacional apurado foi de R\$ 1.624, R\$ 2.519 em 2003.

Os imóveis remanescentes na Mercantil do Brasil Imobiliária S.A. continuam em uso pelo Banco e suas controladas, através de contratos de locação entre as partes.

b) Reavaliação

Em conformidade com a Circular SUSEP nº 58/1998, a controlada Companhia de Seguros Minas Brasil procedeu à reavaliação de seus imóveis, em 30 de setembro de 1998, com base em laudo emitido por avaliador independente e aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas dessa Companhia, realizada em 06 de outubro de 1998. O saldo desta reavaliação registrado no Ativo Imobilizado consolidado monta em R\$ 13.273. A controlada Eletrodados Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A. autorizada pela Assembléia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2002 procedeu à reavaliação de seu imóvel de uso, que passou de R\$ 1.569 para R\$ 5.185, tendo sido a reavaliação no montante de R\$ 3.616, líquida de impostos R\$ 2.386, registrada no Patrimônio Líquido como Reserva de Reavaliação - Controladas. O efeito no patrimônio líquido decorrente das depreciações e baixas dos saldos reavaliados monta em R\$ 5.979 e R\$ 1.833 em junho de 2003.

c